

A TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO NOS TRÓPICOS: ESCRAVOS, LIBERTOS, LIVRES
POBRES, ÍNDIOS E IMIGRANTES ESTRANGEIROS NAS REPRESENTAÇÕES DAS
ELITES DO MARANHÃO OITOCENTISTA

Regina Helena Martins de Faria
Professora da UFMA / Doutoranda pela UFPE

Esta comunicação faz um resumo da dissertação “A transformação do trabalho nos trópicos: propostas e realizações”, defendida em dezembro de 2001, junto ao Mestrado em História da UFPE. A dissertação se insere no amplo debate sobre o processo de transformação das relações de trabalho no Brasil, no século XIX, abordando as representações elaboradas pelas elites do Maranhão acerca de diferentes atores sociais envolvidos nesse processo.

O conceito de elite aqui adotado é o formulado por Bobbio¹ – a minoria que detêm o poder político e (ou) econômico – ampliado, porém, para incorporar o setor dos *letrados*, isto é, as pessoas que, independentemente da origem social e situação econômica, tinham acesso ao estudo e à cultura letrada (jornais, revistas, livros, teatro, etc.), podendo elaborar, defender ou implementar projetos políticos, destacando-se assim da imensa maioria de iletrados e excluídos que compunham a sociedade brasileira.

Foram descritas as propostas elaboradas e as medidas implementadas pelas elites para a transformação das relações de trabalho. Contudo, estas não foram vistas como dados inquestionáveis ou evidências irrefutáveis do que aconteceu no passado, pois entendo que não é possível reproduzir as relações sociais como real e verdadeiramente aconteceram. Assim, propostas e medidas foram tratadas como *representações*, indícios que permitem conhecer a visão de mundo² das elites e entender um pouco mais suas atitudes. Tomei emprestado um dos sentidos do termo *representação* usado por Chartier, aquele que significa forma de percepção e apreensão do real, determinada pelo lugar social de quem as elabora³.

Tratando, agora, diretamente do meu objeto de análise, lembro que a transformação das relações de trabalho foi o maior problema enfrentado pela sociedade brasileira no oitocentos. No início do século, aproximadamente um terço da população do país era constituída de escravos. Em algumas províncias, o contingente de cativos era mais representativo. No Maranhão, correspondiam a 55,3% dos habitantes. Sendo esta uma província marcadamente agroexportadora, os escravos representavam 77,7% da mão-de-obra nos trabalhos agrícolas.

¹ BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Linha Gráfica Editora, 1991, p. 385).

² Utilizo o conceito de “visão de mundo” de Lukács: “Conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um mesmo grupo (de uma classe social na maioria das vezes) e os opõe aos outros grupos” (apud CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 47).

³ Ver também CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo. n° 11, v. 5, 1991.

Surgiam, nesse contexto, as primeiras propostas para a abolição gradual do sistema servil, refletindo a perda da legitimidade da instituição, fustigada pelas críticas da Ilustração Francesa, da Economia Política e dos interesses capitalistas ingleses. Mas o eco das críticas demorava a chegar ao Maranhão. Embalada pelo bom desempenho de suas exportações, a província supria a demanda de trabalhadores para a grande lavoura com a compra de braços africanos. Suas elites afirmavam ser esta a única mão-de-obra com que podiam contar. E, tendo seu olhar direcionado por um etnocentrismo pautado na cultura européia, viam os escravos africanos como uma massa de seres embrutecidos, no limiar da racionalidade, os únicos capazes de suportar a adversidade do clima de tão elevadas temperaturas e de uma vegetação difícil de ser domada. Julgavam as elites ser a escravidão benéfica a eles, visto que os resgatava da barbárie em que viviam na África. Assim, o fim do regime servil não era cogitado, limitando-se alguns *letrados* a sugerir a suavização na maneira como eram tratados tais homens e mulheres escravizados.

Os demais segmentos sociais subalternos não eram vistos como mão-de-obra em potencial para a agroexportação, e sim como empecilho ao avanço da conquista do território, ao desenvolvimento econômico da província e à construção de uma sociedade pacífica, ordeira e civilizada.

Nessa época, os índios não eram objeto de nenhuma política de catequese e (ou) civilização. Aqueles que já se encontravam misturados à população envolvente – “os domesticados” e “os civilizados”, na denominação dos contemporâneos – não eram considerados perigosos, costumando ser confundidos com os livres pobres. Em compensação, os chamados “índios selvagens” – os que não se haviam integrado ao processo civilizatório –, estavam em constante conflito com as frentes de expansão. Contra esses, eram realizadas freqüentes entradas e bandeiras para contê-los, apesar das recomendações do governo central de serem usados meios brandos para atraí-los. Eram representados basicamente como povos bárbaros, de figura horrenda e hábitos estranhos. Pouca expressão tinha a representação do “bom selvagem”. No entanto, em ambas eram apresentados como inadaptados ao trabalho regular e, conseqüentemente, nada era sugerido para torná-los trabalhadores agrícolas. O interesse maior era contê-los para garantir o funcionamento e a expansão das lavouras e da criação de gado, reivindicando-se a atuação de tropas e medidas civilizatórias (catequese, construção de estradas, criação de povoados), com essa finalidade.

Do livre pobre, no início do oitocentos, a imagem mais forte funde inutilidade e periculosidade. A prodigalidade da terra lhe permitiria viver sem trabalhar, tornando-o indolente, logo, inútil à sociedade. Uma parcela deles era vista também como perigosa porque roubava e ameaçava a tranquilidade das fazendas, da mesma maneira que os índios. A “educação moral” poderia fazê-los mudar o modo de vida, mas essa possibilidade era julgada tão remota, que os *letrados* só a mencionam, sem especificar como poderia ser alcançada.

Em tais circunstâncias, o imigrante europeu despontava como paradigma do trabalhador ideal, a melhor alternativa para a substituição do braço escravo, quando um dia a economia do país e os proprietários estivessem preparados para realizá-la. Entretanto, os *letrados* apontavam a dificuldade de adaptação ao clima tropical como o mais grave problema enfrentado pelos imigrantes no único núcleo colonial instalado no decênio de 1810.

Algumas fatores contribuíram para provocar mudanças no posicionamento das elites em relação à questão da transformação do trabalho, a partir de meados do século XIX, tais como: o fim do tráfico africano, deflagrando o gradualismo do processo abolicionista no Brasil; as primeiras colônias de parceria com imigrantes estrangeiros; e o despontar de novas idéias. O Romantismo literário humanizou a imagem do escravo africano, dando-lhe uma feição mais assemelhada aos padrões do branco civilizador, embora não o tenha igualado a este⁴. A força das idéias evolucionistas ajudava a manter a representação dos negros como uma espécie num estágio inferior da evolução humana. Assim, a humanidade romanticamente construída era limitada, concebendo-os como indivíduos incapazes de se auto-gerir. Desse modo, mesmo que fosse voz geral condenar a escravidão com argumentos morais, econômicos e políticos, o gradualismo da abolição unia as elites na defesa de etapas que preparassem os escravos para a liberdade. Enquanto isso – justificavam os *letrados* – os senhores de escravos e a própria economia estariam se adequando à transição para o trabalho livre.

Os projetos emancipacionistas então elaborados tinham em comum dois pontos fundamentais. O primeiro é a defesa do direito de propriedade dos senhores: de uma maneira ou de outra, os escravos terminariam pagando pela liberdade, mantendo-se algum tempo vinculados ao antigo senhor. O segundo ponto é a preocupação em compelir o liberto para o mercado de trabalho livre através de processos educativos ou da repressão à vadiagem.

Nesse processo de mudanças, o “índio selvagem”, por sua vez, teve reforçada a representação do “bom selvagem” porque o Indianismo nela projetava a imagem da nação em formação. No entanto, essa representação sucumbia diante de outra que defendia a necessidade de civilizar rapidamente a nação. Isto é, não seria possível deixar o “índio selvagem” pagão e inculto nas matas; por isso os governos provincial e imperial decretaram⁵ uma política de catequese e civilização para atraí-lo e sedentarizá-lo em colônias e diretorias de índios. Norteavam essa política dois objetivos: um era a intenção de contê-los, para não impedirem as frentes de expansão, como vinha ocorrendo desde os tempos da Colônia; e outro, torná-los uma espécie de reserva de mão-de-obra para substituir o escravo africano. Porém, tudo indica que essa política indigenista era mantida

⁴ Isto pode ser observado em poetas maranhenses alinhados ao Romantismo (Gonçalves Dias, Trajano Galvão) e ao Realismo (Celso Magalhães, Sousândrade), analisados na dissertação.

muito mais por uma “questão de honra” – como afirmou um dos *letrados* –, por ser incompatível com o projeto civilizatório nada fazer para integrar o índio, o primeiro dono do território nacional. As baixíssimas dotações orçamentárias para essa finalidade, no entanto, refletem o pouco empenho do governo. Por outro lado, o insucesso dessa política, aliado ao darwinismo social (o qual reforçava a representação de serem seres inferiores e em extinção), ajudou a retirá-los da posição de mão-de-obra em potencial. Apenas alguns administradores provinciais continuaram advogando, até o fim do Império, a integração dos índios ao mercado de trabalho, possivelmente para se manterem fiéis à orientação do governo central.

Quanto ao livre pobre, na segunda metade do oitocentos continuou sendo visto como indolente, mas alguns elementos de sua representação foram mudando no decorrer desse tempo. Até meados do século, por exemplo, os *letrados* não o cogitavam como uma mão-de-obra viável para substituir o escravo. Gradativamente, passaram a propor estratégias para discipliná-lo ao trabalho. Outrossim, foi perdendo o aspecto perigoso, sendo-lhe atribuído, então, a culpa de ser oneroso para a parte da população que trabalhava, para a sociedade como um todo e para o Estado.

As representações do livre pobre, do “índio civilizado e domesticado” e do liberto chegavam a se confundir. Diferiam na maior aceitação do liberto, que era tido como mais receptivo à disciplinarização, por ter vivenciado o trabalho sistemático quando estava escravizado. O índio seria resistente a uma rígida rotina de trabalho por sua própria índole. No caso do livre pobre, a ojeriza ao trabalho seria motivada pela abundância de terras e exuberância da natureza, que lhe possibilitavam sobreviver sem um vínculo permanente a um patrão. Afirmava-se também que resistia ao trabalho manual rotineiro, por simbolizar a sujeição, não só para ele, como também para o liberto.

Assim, os projetos voltados para esses segmentos sociais partiam da idéia de ser necessário moralizá-los, isto é, dar-lhes valores civilizados: trabalho sistemático, propriedade da terra, religião católica e família legalmente constituída. Era necessário proporcionar-lhes ensino profissionalizante, pois a manutenção das técnicas de trabalho tradicionais dificultaria o progresso. E, principalmente, era urgente compeli-los ao trabalho através de leis contra a vadiagem e contra a posse ilegal das terras, caso contrário se entregariam à indolência, vivendo parasitariamente da natureza.

Em meio ao desalento de ver diminuir o número de trabalhadores escravos e de achar difícil a inserção de livres pobres, libertos e índios ao mercado de trabalho, as elites mantinham o imigrante estrangeiro (especialmente o europeu) como a miragem do trabalhador disciplinado e portador de técnicas avançadas. Em meados do século, a expectativa maior dos administradores provinciais era atraí-lo para núcleos coloniais autônomos instalados em terras públicas. A

⁵ Ver Lei da Província do Maranhão nº 85, de 2 de julho de 1839, e Decreto Imperial nº 426, de 24 de julho de 1845.

possibilidade de vir a ser um proprietário de terra seria o grande atrativo que o faria arcar com os custos da viagem e instalação, ou aceitar o financiamento dessas despesas pelo governo. Tais núcleos educariam com seu exemplo os “indolentes” nacionais e os escravos. Entretanto, a experiência com colonos estrangeiros restringiu-se às colônias de parceria em propriedades particulares, realizada no decênio de 1850. Seu insucesso provocou rearranjos na representação do colono europeu. Este continuou a ser o paradigma do trabalhador e não podia ser diferente, pois desqualificá-lo significaria abandonar o modelo de civilização perseguido pelas elites nacionais. Mas passou a ser considerado como um desejo impossível de ser realizado, em face das condições da província. Nem a dotação de verbas pelos governos provincial e imperial conseguiu que novos núcleos fossem instalados.

Esse era o posicionamento das elites, quando o Maranhão chegou à Abolição. A redução da população indicava que o trabalho livre havia sido incorporado em muitos setores. Segundo o Censo de 1872, 70,4% dos trabalhadores agrícolas eram livres. Mas as reclamações recorrentes afirmavam ser o braço escravo o sustentáculo da grande lavoura. Poucas vezes se faziam ouvir apontando que o trabalho livre ganhava espaço. Eram tão isoladas, que funcionavam como *atos falhos*, mostrando as contradições que podem existir no imaginário social. Entretanto, precisando se ater ao liberto e ao livre pobre, os *letrados* sugeriram diversas alternativas para sujeitá-los ao trabalho. Não lhes interessava que continuassem a viver regulando suas vidas pelos ciclos da natureza, alimentando-se em parte pelo que pudessem colher e pescar, plantando apenas o necessário para o atendimento das necessidades básicas, sem as amarras do lucro, da ascensão social ou do relógio. Desejavam os *letrados* que eles estivessem desembaraçados da posse da terra e disponíveis para aceitar as relações de trabalho que lhes quisessem impor.

No entanto, não entendo que esse modo de agir indique que as elites do Maranhão eram mais conservadoras que as do Sudeste e, por isso, não se prepararam para enfrentar o fim da escravidão, como aquelas o teriam feito. A historiografia demonstrou que estas, tanto quanto aquelas, procuraram manter enquanto puderam o regime servil e só patrocinaram o imigrantismo e aceitaram a Abolição, pressionadas pela *onda negra* que lhes amedrontava. Ademais, os sistemas de idéias mais acatadas naquele momento, pelas elites, não pregavam a redução dos lucros em nome da defesa dos direitos dos trabalhadores. Não haveria, então, desencontro entre as influências teóricas e as práticas, quando procuravam sujeitar os trabalhadores a acordos espartanos. Isto era feito não só no Maranhão, como no resto do país; não só no campo, como na cidade⁶. Além disso, só a organização e resistência dos trabalhadores conseguiu minorar a exploração.

⁶ Tais colocações prendem-se à discussão teórica, realizada na dissertação, sobre o posicionamento avançado ou retrógrado das elites brasileiras em relação ao processo de transformação das relações de trabalho, determinado por vínculos regionais ou pela maneira de ver a repercussão no Brasil das idéias vindas de fora.

Por outro lado, se estava havendo uma substituição do trabalho escravo antes da Abolição, não se pode atribuir-lhe todo o peso da derrocada da agroexportação no Maranhão. Com efeito, esta vinha declinando ao longo do século, incapaz de enfrentar a concorrência externa e o endividamento interno dos fazendeiros⁷.

⁷ A discussão aqui é com a historiografia regional, que atribui à Abolição a responsabilidade maior da crise da agroexportação no Maranhão.